



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 24.824/2022  
Tomada de Preços nº \_\_\_\_/2023  
Contrato nº \_\_\_\_/2023**

**MINUTA**

**CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
ARQUITETURA OU ENGENHARIA PARA CONFEÇÃO E  
INSTALAÇÃO DE UMA GALERIA DE PRESIDENTES, UMA  
GALERIA DE DIRETORES-GERAIS E DEZ UNIDADES DE  
EXPOSITORES, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL  
REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO E A EMPRESA**

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**, inscrito no CNPJ sob nº 37.115.409/0001-63, situado na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), em Campo Grande - MS, neste ato representado pelo Secretário Administrativo **XXXXXXX**, portador do RG nº **XXXX** SSP/MS e do CPF nº **XXXX**, conforme subdelegação de competência constante da Portaria TRT/DG nº 317/2017, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, situada \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu \_\_\_\_\_, portador(a) da CNH nº \_\_\_\_\_, do RG nº \_\_\_\_\_ SSP/\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo nº 18.847/2023 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica nº ...../2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO (1.1 e 3.8 e 3.9)**

1.1. O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada de serviços de arquitetura ou engenharia (desde que acompanhado por responsabilidade técnica de profissional habilitado em Arquitetura) para confecção e instalação de uma Galeria de Presidentes (térreo – saguão), uma Galeria de Diretores-Gerais (3º andar – corredor de circulação) e dez unidades de expositores (térreo – saguão), localizados no edifício sede deste Tribunal em Campo Grande/MS, envolvendo desenvolvimento do projeto executivo de interiores e execução dos serviços de marcenaria, estrutura metálica, revestimentos, vidraçaria, porta-retratos, comunicação visual, instalações elétricas e iluminação em LEDs, conforme as especificações e condições constantes deste Projeto Básico (PB), incluindo todas as despesas com fornecimento de materiais, de fretes e de mão de obra necessários, ferramental, equipamentos, assistência técnica, administração, inclusive encargos sociais e trabalhistas, acordos e convenções coletivas do trabalho e sentenças normativas, tributos e



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 24.824/2022  
Tomada de Preços nº \_\_\_\_/2023  
Contrato nº \_\_\_\_/2023**

**MINUTA**

seguros, conforme condições estabelecidos neste Projeto Básico, na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar.

1.1.1. Local e endereço do imóvel da execução dos serviços: Prédio-sede do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região, localizado na Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira nº 208, Jardim Veraneio (Parque dos Poderes), em Campo Grande-MS.

1.2. Vinculam-se e fazem parte desta contratação, independentemente de transcrição, os seguintes documentos a ela relacionados:

1.2.1. Projeto Básico;

1.2.2. Edital de licitação;

1.2.3. Anteprojeto de interiores com os itens de mobiliário das galerias e expositores, memorial descritivo de materiais e posicionamento final de instalação;

1.2.4. Cópia digital do Caderno Geral de Encargos (CGE), do Banco do Brasil - Edição 1995, Partes I, II e III, de pleno conhecimento das partes, e integralmente registrado e arquivado em microfilme no Cartório de Títulos e Documentos do 2º Ofício de Brasília, Capital Federal, sob o número 218504, aplicável para os serviços principais e acessórios da contratação (especialmente os serviços de fixação, vedações, revestimentos, marcenaria, serralharia, ferragens, vidraçaria, instalações elétricas);

1.2.5. Modelo de Livro de Ordem

1.2.6. Proposta da CONTRATADA;

1.2.7. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as normas técnicas em vigor, as plantas, os projetos, os anteprojetos e demais documentos fornecidos pelo CONTRATANTE e aprovados pelas autoridades competentes, bem como as cláusulas deste contrato.

1.4. As partes declaram-se sujeitas às normas previstas na Lei nº 8.666/1993, legislação correlata e aplicável, bem como nas cláusulas deste contrato e dos documentos acima referidos.

**CLÁUSULA 2ª – DA VIGÊNCIA E DA CONTRATAÇÃO (3.2 a 3.7)**

2.1. A vigência desta contratação terá início na data de sua assinatura e seu término com o adimplemento total das obrigações da CONTRATADA perante o CONTRATANTE, previstas para serem concluídas no prazo de 5 (cinco) meses (considerando-se 2 meses de execução do objeto acrescidas de 3 meses para emissão do Termo de Recebimento Definitivo Final e providências de pagamento).

2.2. Considera-se data da assinatura do contrato aquela constante do instrumento ou a da aposição da última assinatura eletrônica, se mais recente.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 24.824/2022  
Tomada de Preços nº \_\_\_\_/2023  
Contrato nº \_\_\_\_/2023**

**MINUTA**

- 2.3. Durante a vigência da contratação será permitida a fusão, a cisão, a incorporação, a alteração da razão social, desde que sejam mantidas as condições estabelecidas na contratação original, sem prejuízo às responsabilidades contratuais e legais decorrentes da sua execução, devendo a contratada encaminhar cópia autenticada do registro da alteração no respectivo órgão, observadas as condições a seguir:
- 2.9.1. Na hipótese de alteração que possa repercutir na execução do contrato a CONTRATADA deverá apresentar, ao CONTRATANTE, cópia autenticada do referido instrumento no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, a contar do competente registro, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis previstas neste instrumento para os casos de inexecução parcial;
- 2.9.2. Na hipótese de fusão, cisão e incorporação, comprovar as mesmas qualificações exigidas para fins de habilitação, no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do registro das alterações, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades decorrentes da inexecução total.
- 2.4. Em atenção aos arts. 2º inc. VI, e 3º da Resolução CNJ nº 7/2005, com redação dada pelas Resoluções CNJ nº 9/2005 e 229/2016, é vedada a contratação, manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato, inclusive de prestação de serviços, com empresa que tenha ou venha ter em seu quadro societário, ou ainda que tenha ou venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, bem como daqueles servidores vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.
- 2.5. A CONTRATADA deve comprovar, de acordo com a Resolução n. 310/CSJT, de 24 de setembro de 2021, como condição prévia à assinatura do Contrato e durante a vigência contratual, sob pena de rescisão contratual, o atendimento das seguintes condições:
- 2.5.1. não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016.
- 2.5.2. não ter sido condenada, a CONTRATADA ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto: Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 24.824/2022  
Tomada de Preços nº \_\_\_\_/2023  
Contrato nº \_\_\_\_/2023**

**MINUTA**

Proteção no Trabalho; No Decreto nº 6.481/2008, que trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

- 2.6. É vedada, também, a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução CNJ nº 156/2012.
- 2.7. Aplicam-se também às empresas subcontratadas as regras dos subitens 2.4 a 2.6, acima mencionados. Nesse caso, as subcontratadas deverão apresentar declaração de não haver no seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades do TRT da 24ª Região situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (Declaração de inexistência de vínculo empregatício, conforme modelo constante em anexo do Edital).

**CLÁUSULA 3ª – DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DESTA CONTRATAÇÃO (tópicos do TR)**

- 3.1. São partes integrantes deste contrato e constam do respectivo Projeto Básico as condições específicas desta contratação referentes à/ao:
- 3.1.1. Da subcontratação (item 04 – TR)
  - 3.1.2. Dos prazos de execução dos serviços (item 05 – TR)
  - 3.1.3. Da execução dos serviços (item 06 – TR)
  - 3.1.4. Da entrega e do recebimento do serviço (item 07 – TR);
  - 3.1.5. Dos critérios de sustentabilidade (item 08 – TR)
  - 3.1.6. Deveres do CONTRATANTE (item 09 – TR)
  - 3.1.7. Deveres da CONTRATADA (item 10 – TR)
  - 3.1.8. Do Preposto (item 11 – TR)
  - 3.1.9. Da garantia e assistência técnica (item 12 – TR)
  - 3.1.10. Das discrepâncias, prioridades e interpretação (item 13 – TR)
  - 3.1.11. Normas de Segurança e Saúde no trabalho (item 14 – TR)
  - 3.1.12. Das condições de Pagamento (item 17 – TR)
  - 3.1.13. Atualização financeira (item 18 – TR)
  - 3.1.14. Do reajuste de Preços (item 19 – TR)
  - 3.1.15. Reequilíbrio Econômico-financeiro (item 20 – TR)
  - 3.1.16. Gestão e Fiscalização (item 21 – TR)
  - 3.1.17. Normas Gerais de Fiscalização (item 22 – TR)
  - 3.1.18. Das Penalidades (item 23 – TR)
  - 3.1.19. Defesas prévias e dos recursos (item 24 – TR)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Processo nº 24.824/2022  
Tomada de Preços nº \_\_\_\_/2023  
Contrato nº \_\_\_\_/2023

**MINUTA**

3.1.20. Das alterações do contrato (item 25 – TR)

**CLÁUSULA 4ª – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (16.1)**

4.1. As despesas inerentes à presente contratação correrão à conta do orçamentária do CONTRATANTE, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

Programa de Trabalho: 02.122.0033.4256.0054 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho)

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.

NE: 2023NE\_\_\_\_\_

**CLÁUSULA 5ª – DO VALOR (Item 15)**

5.1. O valor global do presente Contrato é de R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_), conforme discriminação constante do quadro abaixo:

GRUPO ÚNICO					
Item	Qtd.	Unid.	Discriminação	Preço Máximo Unitário	Preço Máximo Total
1	1	Unid.	<b>Confecção e instalação de uma Galeria de Presidentes (térreo – saguão)</b>  Observação: envolvendo desenvolvimento do projeto executivo de interiores e execução dos serviços de marcenaria, estrutura metálica, revestimentos, vidraçaria, porta-retratos, comunicação visual, instalações elétricas e iluminação em LEDs.		
2	1	Unid.	<b>Confecção e instalação de uma Galeria de Diretores Gerais (3º andar – corredor de circulação)</b>  Observação: envolvendo desenvolvimento do projeto executivo de interiores e execução dos serviços de marcenaria, estrutura metálica, revestimentos, vidraçaria, porta-retratos, comunicação visual, instalações elétricas e iluminação em LEDs.		
3	10	Unid.	<b>Confecção e instalação de dez unidades de expositores (térreo – saguão)</b>  Observação: envolvendo desenvolvimento do projeto executivo de interiores e execução dos serviços de marcenaria, estrutura metálica e revestimentos.		
VALOR TOTAL DO GRUPO					R\$



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 24.824/2022  
Tomada de Preços nº \_\_\_\_/2023  
Contrato nº \_\_\_\_/2023**

**MINUTA**

No valor descrito no subitem 15.1, do Termo de Referência, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro, caçambas de remoção de entulho gerado e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação (item 15.5 – TR).

**CLÁUSULA 6ª – DA CONTAGEM DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

6.1 A contagem do prazo de vigência do contrato dar-se-á na forma do § 3º do art. 132 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), ou seja, os prazos de meses e anos expiram no dia de igual número do de início, ou no imediato, se faltar exata correspondência.

**CLÁUSULA 7ª – DA CONTAGEM DOS DEMAIS PRAZOS DO CONTRATO**

7.1 Excetuando-se a contagem do prazo de vigência de que trata a cláusula anterior e daqueles com data expressamente indicada, para os demais prazos estabelecidos nesta contratação a contagem excluirá o dia do início e incluirá o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

7.2 Só se iniciam e vencem os prazos processuais em dia de efetivo expediente no CONTRATANTE.

7.3 Os prazos de meses e anos expiram no dia de igual número do de início, ou no imediato, se faltar exata correspondência.

7.4 Os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto a minuto.

**CLÁUSULA 8ª – DA RESCISÃO**

8.1 O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

8.1.1 por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Contrato;

8.1.2 amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

8.2 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

8.3 A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/1993.

8.4 O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

8.4.1 Relatório dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

8.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

8.4.3 Indenizações e multas.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 24.824/2022  
Tomada de Preços nº \_\_\_\_/2023  
Contrato nº \_\_\_\_/2023**

**MINUTA**

**CLÁUSULA 9ª - DOS CASOS OMISSOS**

9.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas nas Leis nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA 10 – DA PUBLICAÇÃO**

18.1 Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA 11 – DO FORO**

11.1 É eleito o Foro de Campo Grande – MS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA 12 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS (ITEM 26 – TR)**

- 11.1. Declaram as partes que este contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.
- 11.2. A participação nesta Contratação Pública implica no conhecimento integral dos termos e condições nela inseridos, por parte dos proponentes, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.
- 11.3. As partes não estão eximidas do cumprimento de obrigações e responsabilidades previstas na legislação vigente e não expressas neste instrumento.
- 11.4. As partes envolvidas se comprometem a observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), quanto ao tratamento dos dados pessoais que lhes forem confiados em razão desta avença, em especial quanto à finalidade, boa-fé e interesse público na utilização de informações pessoais para consecução dos fins a que se propõe a presente contratação.



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**

**Processo nº 24.824/2022  
Tomada de Preços nº \_\_\_\_/2023  
Contrato nº \_\_\_\_/2023**

**MINUTA**

E, por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente instrumento, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Campo Grande - MS, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

(documento assinado digitalmente)  
**GERSON MARTINS DE OLIVEIRA**  
CONTRATANTE

(documento assinado digitalmente)  
XXXXX  
**CONTRATADA**

TESTEMUNHAS

(documento assinado digitalmente)  
XXXXX  
ANALISTA JUDICIÁRIO

(documento assinado digitalmente)  
XXXXX  
ANALISTA JUDICIÁRIO

**ANEXO I – PROJETO BÁSICO**